



AS PRÁTICAS CORPORAIS QUILOMBOLAS E A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

QUILOMBO BODY PRACTICES AND THE DECOLONIZATION OF THE SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CURRICULUM

PRÁCTICAS CORPORALES QUILOMBAS Y LA DESCOLONIZACIÓN DEL CURRÍCULO DE EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR

Félix William Medeiros Campos


<https://orcid.org/0000-0003-0076-4046> 


<http://lattes.cnpq.br/8574366243620488> 

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina, PE – Brasil)

felix-12397@hotmail.com

Daniel Teixeira Maldonado

<https://orcid.org/0000-0002-0420-6490> 

<http://lattes.cnpq.br/5911977104843227> 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (São Paulo, SP – Brasil)

danielmaldonado@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo desse estudo foi analisar como as práticas corporais estão inseridas dentro de comunidades quilombolas, identificando os conhecimentos produzidos nos quilombos do Piauí que podem ser problematizados na Educação Física Escolar. O trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e cunho descritivo. Os(As) participantes foram cinco representantes quilombolas de comunidades piauienses. As informações foram produzidas a partir de observações e entrevistas semiestruturadas. O material empírico foi submetido a análise temática. As práticas corporais estão vivas dentro das comunidades estudadas e são vivenciadas diariamente, pois a cultura popular é a fonte desses saberes, que são resgatados e transformados por meio das danças tradicionais afro-brasileiras, como também em todas as outras formas de produção cultural. As práticas corporais vivenciadas nos territórios das comunidades quilombolas podem e devem estar presentes nas aulas de Educação Física Escolar, evidenciado assim a sistematização do componente curricular em uma perspectiva popular e descolonizada.

Palavras-chave: Quilombos; Práticas Corporais Quilombolas; Educação Física Escolar.

Abstract

The objective of this study was to analyse how bodily practices are inserted within quilombola communities, identifying the knowledge produced within the quilombos of Piauí that can be problematized in School Physical Education. The work is a qualitative and descriptive research. The participants were five quilombola representatives from communities in Piauí. The information was produced from observations and semi-structured interviews. The empirical material was subjected to thematic analysis. Body practices are alive within the communities studied and are experienced daily, since popular culture is the source of this knowledge, which is rescued and transformed through traditional Afro-Brazilian dances, as well as in all other forms of cultural production. The body practices experienced in the territories of quilombola communities can and should be present in Physical Education classes at School, thus evidencing the systematization of the curricular component from a popular and decolonized perspective.

Keywords: Quilombos; Quilombola Body Practices; School Physical Education.

Resumen

El objetivo de este estudio fue analizar cómo se insertan las prácticas corporales en las comunidades quilombolas, identificando los conocimientos producidos en los quilombos de Piauí que puedan ser problematizados en la Educación Física Escolar. El trabajo es una investigación cualitativa y descriptiva. Los participantes fueron cinco



representantes quilombolas de comunidades de Piauí. La información se produjo a partir de observaciones y entrevistas semiestructuradas. El material empírico fue sometido a análisis temático. Las prácticas corporales están vivas dentro de las comunidades y se vivencian cotidianamente, pues la cultura popular es la fuente de estos conocimientos, que se rescatan y transforman a través de las danzas tradicionales afrobrasileñas, así como en todas las demás formas de producción cultural. Las prácticas corporales vivenciadas en los territorios de las comunidades quilombolas deben estar presentes en las clases de Educación Física, demostrando así la sistematización del componente curricular desde una perspectiva popular y descolonizada.

Palabras clave: Quilombos; Prácticas Corporales Quilombolas; Educación Física Escolar.

INTRODUÇÃO

Compreender as complexidades do processo de construção da identidade negra, é uma das tarefas e desafios enfrentados pelos(as) educadores(as). Este também deve ser um dos temas a se considerar durante a formação docente, pois aprender sobre a diversidade étnica e cultural é central nos dias atuais, já que o desenvolvimento de relações educacionais não acontece simplesmente por meio do raciocínio científico e racional, mas pelos diversos sentidos que os seres humanos podem produzir. Adentrar na sala de aula significa estar pronto para interagir com as pessoas e todos os seus sentidos (Gomes, 2003).

Problematizando a cultura negra e escola, Gomes (2003) destaca que o estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para a diminuição do preconceito e da discriminação racial, como também para a construção de estratégias pedagógicas que possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade étnico-racial de estudantes e educadores(as) negros(as) e brancos, além de analisar como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar.

À vista disso, nos perguntamos por qual motivo atualmente ainda existe todo um processo de educação voltada para o embranquecimento da população brasileira, devido a efetivação de um currículo centrado na cultura europeia, sendo que a história do Brasil possui forte influência dos saberes produzidos pela população negra e indígena? A educação pode e deve ter como um papel de valorização da cultura produzida em nosso país, que por muito tempo segue resistindo.

As comunidades quilombolas, nessa conjuntura, desempenham um papel crucial na valorização dos saberes tradicionais, pois a educação é essencial para a preservação da cultura de pessoas que permanecem reinventando as tradições ancestrais dentro dos quilombos. Para o fortalecimento e valorização de todos esses saberes, se torna fundamental que esse rico acervo cultural de resistência seja potencializado. Sendo assim, os(as)



quilombolas possuem o direito de permanecer em seus territórios históricos, além do direito à terra, educação e saúde. Enfim, ressalta-se a importância de os currículos escolares apresentarem as interconexões entre a cultura quilombola e os saberes tradicionais para todos(as) estudantes da Educação Básica (Moura, 2007).

Portanto, é bastante complexo o desafio diante dos(as) professores(as), que consiste em criar, no ambiente escolar, espaços pedagógicos que promovam a valorização de todas as identidades que constituem a população brasileira, possibilitando a formação de sujeitos que compreendam as raízes históricas do seu povo (Moura, 2005). Nesse cenário, é necessário defender uma educação contra hegemônica a partir de propostas de pedagogia escolar concentradas em processos educativos não formais, sendo necessário existir um elo que ligue escola e comunidade (Silva; Falcão, 2012).

Consequentemente, a Educação Física Escolar, como um componente curricular que perpassa toda a Educação Básica, possui um forte potencial para tematizar a cultura afro-brasileira e os saberes produzidos nas comunidades quilombolas de forma interdisciplinar, tornando a escola um espaço de socialização e leitura crítica do mundo. Além disso, ao problematizar os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos das práticas corporais vivenciadas dentro dos quilombos, o(a) docente dessa disciplina pode ajudar na construção de uma sociedade que preza pela justiça social e, por consequência, valorize a diversidade cultural cada vez mais presente no mundo contemporâneo, efetivando as premissas da educação popular.

Inspirado nos escritos de Paulo Freire, Gadotti (2023) entende a educação popular como um projeto amplo, radicalmente democrático, que construa a mobilização das classes populares para tomada de consciência sobre as opressões existentes na sua realidade. Portanto, faz parte de um processo de educação em direitos humanos, social, comunitária, que possibilite a libertação, a humanização e a utopia de produzir um mundo mais justo para todos(as).

A partir das questões mencionadas anteriormente, esse artigo foi organizado da seguinte forma. Em um primeiro momento refletimos sobre a cultura afro-brasileira e os conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas como potencialidade para descolonizar os currículos da Educação Básica. Logo após, problematizamos as práticas corporais quilombolas como objeto de estudo do currículo da Educação Física Escolar. Em seguida, apresentamos o problema e o objetivo da pesquisa, para logo depois descrevermos





os procedimentos metodológicos, os resultados, a discussão e as considerações finais da investigação.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: POTENCIALIZANDO A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Segundo Munanga (1996) o quilombo brasileiro seria uma cópia do quilombo africano, reconstruído em oposição à escravidão, transformando-se em territórios abertos a negros(as), indígenas e brancos(as) oprimidos(as). Atualmente, o termo quilombo tem passado por uma ressignificação que traz uma abordagem inclusiva respeitando a exigência coletiva do pluralismo de direitos, apoiada em memórias da diversidade histórica, étnica e cultural (Costa, 2023).

Desde a sua primeira utilização na era colonial, o termo quilombo continuou a redefinir o seu significado, mantendo muitas compreensões e respondendo diversas questões políticas. Nesse cenário, o conceito contemporâneo de comunidades quilombolas abrange a ideia que o termo não está mais associado a um grupo de negros(as) escravizados(as) fugitivos(as), como apontava o campo da história colonial, mas sim na formação de comunidades que possuem na sua ancestralidade parentescos do período escravocrata, sistematizando um cotidiano repleto de laços baseados na solidariedade e reciprocidade (Arruti; Figueredo, 2005).

Para Moura (2007) os quilombos contemporâneos podem ser definidos como comunidades rurais de ascendência negra, formadas por descendentes de africanos(as) escravizados(as), que preservam vínculos de parentesco e, em grande maioria, sustentam-se por meio de práticas de subsistência em terras que foram doadas, adquiridas ou ocupadas por longos períodos pelo grupo. Os(As) habitantes dessas comunidades prezam, em muitos contextos, pelas tradições culturais de seus antepassados, sejam elas de natureza religiosa ou não, reinterpretando-as no contexto atual, além de compartilhar uma história coletiva e estabelecer normas de pertencimento nítidas, evidenciando uma consciência de sua identidade.

Após a instauração da ordem republicana, o termo quilombo passa por sua principal ressignificação, apresentando as seguintes ideias: a resistência cultural centrada na persistência ou produção da cultura negra no Brasil; a resistência política como modelo para



considerar a possível relação entre as classes populares e a ordem dominante; e o quilombo impulsionado por um movimento negro que acrescenta uma perspectiva cultural ou racial à conjuntura política, produzindo um processo de resistência negra (Arruti, 2008).

Para Arruti (2008), inspirado no termo intitulado “o quilombismo”, de Abdias do Nascimento, quilombo não significa escravo fugitivo, mas o encontro fraterno e livre de solidariedade, convivência e conexão existencial entre grupos negros de resistência. Já para Souza (2008) “aquilombar-se” remete a uma questão de resistência atrelada a forma de as comunidades se manterem íntegras física, social, histórica e culturalmente.

A entrada em vigor da Constituição brasileira em 1988 (Brasil, 1988) gerou debates técnicos e acadêmicos que levaram a uma revisão dos conceitos clássicos, produzindo alterações dos termos que dominaram a historiografia do processo de escravização da população negra, afirmando a proporcionalidade e adequação dos critérios para conceituar os quilombos. Sendo assim, a maioria dos grupos remanescentes de quilombolas que atualmente reivindicam a propriedade das suas terras e partilham de uma identidade social e étnica comum fazem parte desse cenário de resistência (Schimitt; Turantti; Carvalho, 2002).

Na perspectiva de Nascimento (2021), as comunidades quilombolas representam uma etapa do progresso humano e sócio-político em termos de igualdade econômica. O quilombismo foi uma adaptação das tradições africanas ao ambiente brasileiro, a partir de relações de produção diferentes daquelas que prevalecem no sistema capitalista, que se baseia no lucro a qualquer custo. A ideia era produzir uma sociedade em que o trabalho fosse definido como um processo de libertação humana, livre de exploração e da corrupção inerente ao capitalismo.

Enfim, existem progressos nas políticas públicas destinadas às comunidades remanescentes de quilombos, exemplificados pelo Decreto n. 4. 887/2003 (Brasil, 2003a) que “regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”, pois o estudo da história dos quilombos contemporâneos é essencial para a afirmação da identidade do povo brasileiro, e a sua inclusão no currículo da Educação Básica é crucial para a construção da nacionalidade (Moura, 2007).

A partir desse cenário apresentado, se torna imprescindível destacar as contribuições realizadas por Antônio Bispo, ou Nego Bispo sobre esse fenômeno. O autor menciona que a sociedade brasileira é compreendida sempre pelos mesmos “temas clássicos”,





geralmente com explicações eurocêntricas sobre a realidade e oferecendo as chamadas interpretações brasileiras: o modelo católico de colonização, dominação precoce dos povos indígenas, instituições de centro da escravidão na formação social e econômica do país, a ideologia do racismo, mito da democracia racial e modelos de desenvolvimento inspirados nas desigualdades provocadas pelo sistema capitalista (Santos, 2015).

Nessa conjuntura, a consciência da batalha dos(as) quilombolas para manter a sua cultura e os seus territórios entre o público brasileiro é relativamente nova, pois esse processo só foi evidenciado depois que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, como já foi mencionado anteriormente. Assim, a sociedade brasileira teve poucas oportunidades de refletir sobre os quilombos como um todo. Na perspectiva de organizar esse processo de disputa, foi criada a Federação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ) (Santos, 2007).

Nesse contexto, segundo Almeida (2002), começam a ganhar evidência as primeiras associações voluntárias e as identidades coletivas que levam condições de pertencimento a grupos sociais específicos e que viriam a compor movimentos quilombolas de abrangência nacional. Little (2003) salienta algumas: a Associação de Moradores das Comunidades Rumo-Flexal, no Maranhão, e a Associação de Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Município do Oriximiná, no Pará. A partir do ano de 1995, surge um movimento nacional de comunidades negras rurais quilombolas, que hoje é um dos mais ativos do movimento negro rural no Brasil, representado pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Este movimento agrupa atualmente 24 estados da federação e atua em mais de 3.500 comunidades em todo o país, segundo dados da página virtual da própria coordenação.

Levando em conta a diversidade sociocultural do Brasil e olhando para educação escolar em nosso país, Gomes (2012) destaca a importância de descolonizar o currículo e que transformar essa realidade é um grande desafio, tendo em vista a rigidez das grades curriculares e o empobrecimento do caráter conteudista muito vigente nas escolas. Dessa forma, passa a existir uma necessidade enorme de diálogo entre instituição educacional, currículo e realidade social, na perspectiva de formar professores(as) intelectuais, que coloquem em evidência as culturas marginalizadas e silenciadas no cotidiano escolar.

Numa perspectiva de descolonização curricular e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial no processo educativo brasileiro, a autora concorda com o olhar em estado de alerta. O entendimento das formas por meio das



quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira separada da vida e até mesmo discriminadas no ambiente escolar e nos currículos, pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional (Gomes, 2012). No entanto, devemos ir mais além.

Gomes (2012) ressalta que a discriminação racial se faz cada vez mais presente como fator de seletividade nas escolas e o silêncio é um ato pedagógico por meio do qual ela se expressa mais forte. Não se pode generalizar e confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão social na realidade escolar.

Nesse sentido, mais do que a efetivação política de uma antiga reivindicação do Movimento Negro para a educação, a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003b), o parecer CNE/CP 03/2004 (Brasil, 2004a), a resolução CNE/CP 01/2004 (Brasil, 2004b) e os fracionamentos deles advindos nos processos de formação de professores(as), na pesquisa acadêmica, na produção de material didático, na literatura, entre outros, precisam ser vistos como mais um passo importante no processo de descolonização do currículo (Gomes, 2012).

Gomes (2011) ainda menciona que, levando em consideração a perspectiva negra brasileira, é de extrema importância valorizar as narrativas desses grupos e reconhece-las no campo do conhecimento e do currículo, dando legitimidade aos saberes acadêmicos, políticos, identitários e estéticos corpóreos negros e afro-brasileiros emaranhados na estrutura social no Brasil. A partir desse cenário, destacamos que valorizar os saberes produzidos pelas comunidades quilombolas é preponderante no processo de descolonização curricular.

AS PRÁTICAS CORPORAIS QUILOMBOLAS COMO OBJETO DE ESTUDO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

As práticas corporais quilombolas podem ser consideradas como uma forma de aproximar a sua dimensão social das expressões, manifestações e significados corporais que possibilita entender toda uma conjuntura social. Assim, dentro do movimento e da produção cultural, essas manifestações da cultura corporal são formas legítimas de celebração das comunidades, resistência, valorização étnica, luta política, e não podem ser camufladas ou sufocadas por práticas hegemônicas (Souza; Lara, 2011).





As comunidades quilombolas fazem parte do desenvolvimento histórico-cultural brasileiro, já que foi nessa realidade que ocorreu o processo de emancipação dessa população, como também e dentro desses territórios que permanecem saberes ancestrais passados de geração em geração por meio de suas práticas corporais e outras formas de linguagem, como cantigas de rodas, na religião, na dança e suas tradições. Além disso, a capoeira, o samba de roda, as brincadeiras tradicionais, o maracatu e o frevo são todos exemplos de como a sociedade negra ainda resiste. Destarte, se torna importante ressaltar que essas manifestações culturais são reinventadas na contemporaneidade, produzindo um potente processo de transformação da cultura, sem deixar a árdua luta para que esses saberes continuem sendo valorizados.

Nobrega (2020) destaca que a educação da população negra em direitos humanos não pode ser adiada, principalmente com a intencionalidade de melhorar as condições de vida dessas pessoas. Com esse objetivo em mente, a Educação Física, como um componente curricular da Educação Básica, pode legitimar a diversidade étnico-racial no processo de tematização e problematização de manifestações culturais afro-brasileiras para reconhecer e exercer a humanidade do povo preto, fortalecendo a cultura de direitos na sociedade.

Daolio (2004) afirma que a cultura é o principal conceito para a Educação Física, já que o componente curricular exerce sobre os educandos e as educandas um caráter social e cultural que precisa ser evidenciado. Assim, o(a) docente da área precisa assumir a sua responsabilidade de problematizar conhecimentos que transformem a realidade social.

Segundo Maldonado e Prodócimo (2022), é preciso pensar a prática político-pedagógica da Educação Física Escolar em uma perspectiva crítica, com enfoque nos conhecimentos de saberes tradicionais dos(as) educandos(as), que também fazem parte da população negra e das comunidades quilombolas no território brasileiro.

Nobrega (2020) afirma que o currículo deve ser compreendido como um campo de poder e conflito político, epistêmico, identitário e cultural entre grupos, principalmente por conta das representações e identidades que costumam ser legitimadas no cotidiano escolar. Sendo assim, a representatividade negra precisa ter espaço na estrutura curricular, com a intencionalidade de colocar em evidência a diversidade étnica e racial como eixo orientador da prática político-pedagógica da Educação Física, contrariando a hegemonia das identidades presentes nas aulas do componente.



Dessa forma, pensar em um projeto educativo para a Educação Física Escolar que leve em consideração a cultura das comunidades quilombolas é um dos temas importantes a serem discutidos, visto que, de acordo com Gonçalves *et al.* (2020), no Brasil os povos tradicionais têm suas características e formas de organização social, valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras próprios da sua cultura.

Neira (2011) compreende o currículo cultural da Educação Física como uma forma valiosa de derrubar barreiras, como conectar manifestações dispersas e promover a análise e o compartilhamento dos seus significados. Nessa perspectiva, o autor enfatiza a escola como um campo aberto ao debate, ao encontro de culturas e à confluência de práticas corporais pertencentes aos vários setores sociais, partindo do princípio de que se a instituição escolar for concebida como ambiente favorável para discussão, vivência, ressignificação e ampliação da cultura corporal, será possível almejar a formação de cidadãos e cidadãs que identifiquem e questionem as relações de poder que historicamente impediram o reconhecimento das diferenças. Assim, também se torna importante destacar que em uma sociedade democrática é importante indagar por qual motivo determinados esportes, brincadeiras, danças, lutas ou ginásticas são tidos como adequados ou inadequados.

Portanto, a Educação Física como componente curricular da Educação Básica, pode ser constituída a partir de princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos que apontem para a necessidade de tematizar e problematizar as práticas corporais produzidas por culturas marginalizadas, com a intencionalidade de levar em consideração as identidades históricas, sociais, culturais e econômicas que moldam a população brasileira, possibilitando que os(as) estudantes compreendam a importância de acessar e transformar os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade sobre as danças, as ginásticas, os esportes, os jogos, as brincadeiras e as lutas, efetivando uma prática político-pedagógica de transgressão e resistência (Maldonado, 2020).

Segundo Arroyo (2013) as disputas sociais são resultadas de lutas que se deslocam de territórios e fronteiras. Sendo assim, é necessário que atuação dos(as) professores(as) de Educação Física dentro das escolas seja organizada de forma crítica, pensando na mudança da sociedade. Na perspectiva de Freire (2005), a educação deve ser uma prática libertadora e de construção social, feita pela luta dos(as) oprimidos(as), possibilitando visibilidade aos vulneráveis. Como acrescenta Nobrega (2021),





inicialmente, é bom lembrar que há uma dívida teórica, conceitual da educação física sobre as realidades e histórias negras, escrita por nós, negras/pretas, negros/pretos, considerando os nossos conhecimentos, conceitos, subjetividades, olhares, autorias, estratégias quilombolas, nossa política e manifestações de resistência na cultura afro referenciada, que desafiam a realidade, nesse processo de descolonização da educação, da educação física em tempos e lugares específicos (Nobrega, 2021, p. 67).

Por fim, destacamos que ambientes educativos que colocam em evidência saberes da cultura negra e afro-brasileira são potentes para construir o processo de transformação social e valorização da identidade das comunidades quilombolas. Assim, a Educação Física Escolar pode contribuir com todo esse processo de autoconhecimento cultural, social e político, formando seres humanos críticos.

Para Neira (2011) é hora de reconhecermos as práticas corporais marginalizadas como patrimônio cultural brasileiro, que também precisa ser objeto de ensino da Educação Física, ampliando as fronteiras do conhecimento escolar para atender às exigências atuais de inclusão, justiça, diálogo, reconhecimento, diversidade e igualdade.

Nobrega (2021) apresenta diferentes formas de pensarmos e discutirmos as questões de raça, gênero e classe social nas aulas de Educação Física, na perspectiva de construir uma educação antirracista, a partir da sistematização de projetos educativos que se aproximem das epistemologias negras e fortalecem saberes que sempre estiveram subalternizados no cotidiano escolar.

Apesar dessas problematizações, Gomes (2020) menciona que ainda existe uma exclusão do pensamento negro afro-diaspórico e das culturas indígenas no ambiente escolar, provocando silenciamentos, discriminações e o apagamento da história, cultura e identidade desses grupos, ocasionando um processo de racismo epistêmico relacionado com esses saberes. Por isso se torna necessário pensar em uma educação diversificada, que valorize a cultura de diferentes corpos que ocupam as aulas de Educação Física, na perspectiva de construir uma educação transformadora.

Todas as reflexões realizadas até esse momento nos fazem pensar na seguinte indagação. Quais são as práticas corporais vivenciadas dentro de comunidades quilombolas brasileiras e como esses saberes podem ser tematizados e problematizados nas aulas de Educação Física?

À vista do que foi apontado anteriormente, o objetivo desse estudo foi analisar como as práticas corporais estão inseridas dentro de comunidades quilombolas do Piauí,



identificando os conhecimentos produzidos nos quilombos do Piauí que podem ser problematizados na Educação Física Escolar.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e cunho descritivo (Minayo, 2002). A escolha da pesquisa descritiva se deu pela característica particular do objeto de estudo, visando conhecer e compreender as práticas corporais quilombolas como saberes potentes nas aulas de Educação Física Escolar, acarretando na reflexão sobre a organização da prática político-pedagógica do componente curricular na Educação Básica.

A investigação foi realizada com representantes de comunidades quilombolas da região do Piauí membros da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Eles e elas foram convidados(as) para participar do estudo a partir do contato pelas redes sociais de pessoas que fazem parte da respectiva associação.

Os(As) participantes do estudo foram compostos por cinco representantes quilombolas de comunidades piauienses (Custaneira Tronco, Potes, PIO-IX, Saco do Curtume e Cana Brava dos Amaros). Com a intencionalidade de respeitar os preceitos éticos em pesquisas com seres humanos, foram utilizados pseudônimos para manter o anonimato desses(as) colaboradores(as), sendo eles: Mestre do Saber, Negra Quilombola, Mãe Neguinha, Sr.^a Judina e Mestre Kina.

A produção das informações foi sistematizada por duas técnicas de investigação qualitativa. Assim, foram realizadas observações e entrevistas semiestruturadas, ressaltando a relevância desses instrumentos para produzir conhecimentos relacionados com a compreensão de fenômenos complexos e que precisam ser problematizados com profundidade (Flick, 2004).

O processo observacional ocorreu entre os meses junho e julho de 2024. Nos dias 1 e 2 de junho foi realizada a visita da comunidade quilombola do Custaneira, logo após a comunidade quilombola Potes nas datas de 15 e 16 de junho, a terceira visita foi realizada na comunidade quilombola Cana Brava dos Amaros nos dias 29 e 30 de junho e, em seguida, foi sistematizada a observação na comunidade Pio- IX entre os dias 6 e 7 de julho. Por fim, a comunidade Saco do Curtume foi visitada nos dias 13 e 14 de julho, sendo o último território observado.



Durante a observação foram realizadas conversas com alguns(mas) moradores(as) das comunidades, visitas a templos de religião de cada quilombo e diálogos com os(as) representante quilombolas. O pesquisador ficou alojado em casas de residentes de cada quilombo, sempre fazendo anotações na perspectiva de construir o seu diário de campo.

A entrevista semiestruturada com os(as) representantes de comunidades quilombolas foi conduzida por meio de ambiente virtual, utilizando-se de um aplicativo de vídeo chamadas intitulado como *Google Meet*. O diálogo foi gravado e realizado em data e horário previamente agendado pelo(a) participante.

Após a transcrição das entrevistas, o material empírico foi submetido a análise temática, de acordo com as finalidades defendidas por Braun e Clarke (2006). Esta técnica de análise qualitativa consiste em identificar, analisar, interpretar e relatar temas para procurar padrões significativos (Souza, 2019).

Ao findar a análise, quatro temas foram produzidos. Todavia, esse artigo irá problematizar a categoria temática intitulada “descolonização do currículo: potencializando as práticas corporais das comunidades quilombolas nas aulas de Educação Física Escolar em uma perspectiva popular”.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de São Paulo com o parecer de número 6.227.466 e CAEE 71342723.5.0000.5473.

DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO: POTENCIALIZANDO AS PRÁTICAS CORPORAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PIAUÍ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA POPULAR

As práticas corporais vivenciadas nas comunidades quilombolas podem ser muito potentes para compor os projetos de ensino organizados pelos(as) docentes de Educação Física Escolar. Muitas vezes, o processo de valorização cultural precisa ser constantemente incentivado para que se possa reconhecer a cultura dos povos tradicionais, como afirma o Mestre do Saber.

Olha não existe uma educação para vida sem trabalhar o valor cultural, toda e qualquer comunidade e toda e qualquer população tem como ter como base a educação, um valor ancestral, um valor cultural entre valor de princípios, que muitas vezes vem se perdendo e não é valorizado. Estamos aí em uma sociedade sem identidade, porque esse valor cultural é quem identifica, é quem nos representa, é quem mostra realmente quem somos e o que queremos ser e para onde iremos, porque nós temos que saber para onde





vamos, para poder não se perder no mundo e um povo sem cultura, ele fica sem saber quem é, o que quer e sem saber pra onde vai (Mestre do Saber).

Tratando-se de cultura corporal, todas as comunidades quilombolas estudadas trazem uma valorização das práticas corporais, como também problematizam saberes dessas manifestações culturais em torno dos territórios. Portanto, valorizar a cultura produzida pelos(as) quilombolas se torna extremamente necessário, podendo ser elementos potentes para descolonizar o currículo da Educação Física.

As danças de matriz africana são constantemente praticadas dentro dos territórios quilombolas, sendo uma das principais formas de valorização das práticas corporais nas comunidades Custaneira Tronco e Potes. Nessa conjuntura, as principais danças vivenciadas são a leseira, o reisado, São Gonçalo e o samba de cumbuca. Mestre do Saber traz em sua fala a importância dessas manifestações culturais no dia a dia da sua comunidade.

A leseira ela é uma roda cantada e dentro da leseira também na prática e vivência da leseira ela traz informações dentro do tempo da escravidão, dentro da roda, informações que não podiam ser repassadas, e no trabalho, no dia a dia, eram passadas na roda uma informação de fuga, pois o cântico da leseira ele traz letras e canteios em busca de libertação. O reisado também traz tudo isso, ele ali com as caretas e personagens que tem muita identidade. O São Gonçalo são as danças tradicionais é quando paga promessa também pede uma estratégia, pede uma graça, também uma prece a dança São Gonçalo. O samba de cumbuca é também celebrado nos casamentos, nas conquistas, nas alegrias, nos aniversários e na vida da comunidade (Mestre do Saber).

A partir do que foi mencionado pelo participante da pesquisa, apontamos que a dança é uma forma de comunicação não verbal, uma sistematização da linguagem da gestualidade, podendo ser considerada como uma língua materna. A comunicação pode ser entendida como um movimento em que nosso corpo pretende visar algo ou alguma coisa (Bastos, 2016). Para o Mestre do Saber, essas manifestações corporais vivenciadas dentro da comunidade Custaneira Tronco são as principais formas de valorizar conhecimentos, estando totalmente ligadas com a religiosidade da população. As danças são bastantes significativas para os(as) quilombolas, pois existe toda uma memória de seus antepassados.

Todas essas danças têm algum significado porque cada cântico que é cantado nessas danças, cada gingado que é feito dentro dessas danças traz a memória de um antepassado, cada cântico que a gente canta representa o saudoso fulano de tal porque está em cada canto a presença de nosso antepassado (Mestre do Saber).

Essas memórias potencializadas por meio das danças possibilitam toda a valorização das práticas corporais experienciadas dentro dessas comunidades, sendo um dos seus principais meios de resistência. Para Bastos (2016) a dança é um estilo de movimento



(estar no mundo) e na sociedade brasileira refere-se à importância do corpo até como instrumento e símbolo de poder, mesmo sendo uma forma “silenciosa” de gritar pela libertação, abraçar a identidade e reivindicar direitos.

O representante Kina também ressalta como é importante para a comunidade quilombola Saco do Curtume a valorização das práticas corporais afro-brasileiras como forma de conscientização as crianças e jovens.

Sobre a cultura no quilombo hoje é bem mais forte o grupo capoeira de quilombo, esse grupo foi criado dentro da comunidade, esse grupo hoje está presente em várias comunidades do Piauí. A busca pela preservação é como eu te falei, a gente busca estar sempre repassando para as crianças né, hoje temos professores Chitara dando aula para essas crianças dentro da comunidade, esse é um trabalho desde 2002, e a gente faz além da capoeira, de forma diária, um evento trazendo pessoas de fora chamado kizomba, ano passado aconteceu a decima sétima kizomba, sendo esse o nome de um evento e kizomba em Yorubá significa festa da juventude consciente, onde nesse evento é levada a capoeira de quilombo para todas as comunidades. A kizomba é um espaço de informação e formação, onde um dos idealizadores e puxador dessa bandeira para que esse evento aconteça sou eu, professor Kina (Kina).

Em diálogo com o contexto apresentado, Sousa e Lara (2011) dissertam sobre as práticas corporais quilombolas, enfatizando que essas manifestações culturais representam uma via de acesso à esfera social das expressões e significados corporais, favorecendo a formação de um novo entendimento dentro dessa conjuntura societária. As práticas corporais quilombolas, dentro do espectro de movimento e produção cultural, constituem expressões legítimas da comunidade, atuando como formas de resistência, valorização étnica e luta política, não devendo ser encobertas ou silenciadas por outras vivências hegemônicas.

Na comunidade quilombola de Pio IX, são as mais variadas produções culturais que acontecem diariamente, possibilitando a valorização ancestral, principalmente a partir das danças africanas, cantigas, jogos e brincadeiras tradicionais e até concursos de beleza afro em meio ao chão do território, sendo uma maneira de demonstração da ancestralidade negra.

Dessa forma, em todas as entrevistas realizadas com os(as) representantes das cinco comunidades quilombolas, as práticas culturais e corporais são produzidas para contar histórias, combater o racismo, valorizar a cor da pele e o cabelo crespo, além de ser a principal forma de educação e meio de acabar com o silenciamento, que ainda acontece em volta das comunidades tradicionais no Brasil. Mãe Neguinha também aponta que os saberes ancestrais dentro da sua comunidade são valorizados quando as famílias quilombolas ensinam todo o seu acervo cultural para as futuras gerações.



A cultura acontece nas danças, nos costumes dos nossos pais e avós, e a resistência do trabalho feito. As tradições são passadas através de conversas com nossos filhos, contando histórias da escravidão dos nossos avós e nossas mães que por aqui passaram (Mãe Neguinha).

Além disso, identificamos um contato muito grande que acontece entre as práticas corporais e religiosidade, sendo que a religião desempenha um papel fundamental na organização das festividades populares da região. Essas celebrações ocorrem em conformidade com o calendário religioso, por meio de manifestações que integraram os orixás do candomblé aos santos católicos (Santos, 2009).

Essa relação entre as práticas corporais e a religiosidade surge da necessidade de se comemorar, de agradecer. Nesse cenário, essas comemorações são bastantes subjetivas para cada comunidade, sem deixar de salientar o encontro desses saberes como principal maneira de formação da identidade dos(as) quilombolas. Sr.^a Judina, representante do quilombo Pio IX, menciona que

o tradicional reisado, geralmente comemorado no mês de janeiro, envolve a todos do quilombo, onde os personagens são diversos, cada um com uma entrada, música cantada a uma só voz, algumas com perguntas e respostas, o boi (corre atrás das pessoas, é preso, morto e repartido em um ritual musical onde cada parte destina-se à um dos presentes), a negra do fogo (com uma cabaça na cabeça tendo dentro uma vela acesa, dança e canta), a burrinha (dançante com uma espécie de carço enorme no bumbum), o jaraguá (usa uma máscara com dentes enormes que abrem e fecham correndo atrás das pessoas), os caretas (homens mascarados com cajados que são responsáveis por cantar, capturar os personagens dando vida às suas histórias). Todas essas celebrações possuem relação com o nascimento do menino Jesus (Sr.^a Judina).

Assim, a partir das festividades populares, homens e mulheres das comunidades, entre preces e bênçãos, moldam suas existências em seus respectivos locais. As palavras e gestos das pessoas, em contextos e temporalidades pré-estabelecidas, asseguram a conexão entre o sagrado e as oferendas, agradecimentos e penitências dos demais integrantes do grupo, que se sentem investidos da responsabilidade e da obrigação de cumprir essas práticas sagradas, visando à garantia da saúde, das colheitas e de outros anseios (Santos, 2009).

Considerando seu caráter expressivo, as práticas corporais concretizam modos de interação entre os diversos grupos que compartilham a paisagem social, a qual está intimamente relacionada ao contexto histórico e que foram ou são criadas e recriadas. Aproximando essas análises ao contexto curricular, designado como “cultural”, a experiência escolar pode se configurar como um espaço propício para o debate, o encontro de culturas e



a confluência de manifestações da cultura corporal oriundas das mais distintas realidades sociais (Portela *et al*, 2021).

Nesse sentido, Neira (2011) afirma que o currículo cultural da Educação Física, por exemplo, se sistematiza como um espaço de disseminação de significados, polissemia e produção de identidades, propiciando a análise, interpretação, questionamento e diálogo entre as diversas culturas e, a partir delas, contribuindo para o enriquecimento das práticas educativas. Já na perspectiva crítico-libertadora do componente curricular, Maldonado (2024) reforça a importância de se potencializar uma pedagogia do oprimido e não para ele(a), ampliando a leitura de mundo dos(as) estudantes sobre as práticas corporais que são marginalizadas no seio da sociedade capitalista, como as manifestações culturais transformadas diariamente dentro dos territórios quilombolas.

Nessa conjuntura, a Lei nº 10.639/03 e todas as diretrizes que fomentam o ensino da cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica podem potencializar diálogos sobre o racismo, a resolução de problemas relacionados com os preconceitos e a valorização da cultura produzida pela população negra (Mattos; Monteiro, 2021).

Transportar esses temas para as aulas de Educação Física pode ser uma forma de produzir uma educação antirracista que valoriza os saberes produzidos pelas comunidades tradicionais brasileiras. Para Mattos e Monteiro (2021) os estudos culturais também foram relevantes por conta da crítica realizada aos currículos colonizados existentes no processo educativo, valorizando os saberes da população negra no cotidiano escolar, enfatizando processos de educação popular.

Dessa forma, surgem novas leituras relacionadas com a educação do corpo negro, enxergando a escola como um espaço de reflexão e engajamento, possibilitando a formulação de propostas político-pedagógicas que enfatizam processos de descolonização curricular. À vista disso, a problematização sobre o corpo negro pode despertar um novo olhar sobre a função social da Educação Física Escolar, na perspectiva de potencializar a cultura africana e afro-brasileira (Mattos, 2009).

Mattos e Monteiro (2021) mostram que o objetivo principal dos estudos africanos é compreender que os antecedentes étnicos coexistem e mudam as práticas discriminatórias. Colaborando com esse pensamento, Sales e Almeida (2015) ressaltam que o corpo é um elemento direto para a intervenção da área da Educação Física. Mestre do Saber corrobora com esse debate mencionando que as manifestações culturais das comunidades quilombolas



podem ser tematizadas e problematizadas nas aulas de Educação Física Escolar com a intencionalidade de manter viva a produção de conhecimento dessa população.

Elas podem ser ensinadas até nas aulas de Educação Física, em qualquer espaço, em qualquer disciplina elas podem ser trabalhadas, na disciplina de História, Ciências porque tudo é uma ciência, isso tudo é uma ciência vivida. E aí o que falta mesmo é a própria educação acadêmica construir esse formulário de disciplina colonial, valorizando a existência e a cultura com base na educação de cada região, valorizar cada estado, cada município trabalhar esse incentivo. É triste conhecer a região de Picos há 50 anos atrás e procurar essa região hoje e não encontrar mais, porque há 50 anos atrás quantas manifestações culturais tinham na região de Picos, os governantes não apoiaram, nunca valorizaram. Hoje são criadas leis e mais leis, projetos e mais projetos, mas chegam nas mãos de quem não é fazedor da cultura, chega na rede de cultura, onde esse secretário de cultura não entende nada de cultura, porque nem ele tem cultura o que falta é dá direito a quem tem. Eu acho interessante que a escola deveria pensar nisso e buscar o que já se perdeu dentro de onde veio. É muito triste porque a gente chega nas comunidades e só ver na memória que aqui existiu, aqui teve e aí hoje não tem mais (Mestre do Saber).

A Educação Física como campo de conhecimento, aos poucos tomou conta da discussão das ideologias colonialistas que conferiram ao corpo negro uma imagem nociva, entendido como sujo, cru, grosseiro. Dessa forma, se torna urgente mudar essa realidade produzindo uma outra função social para o componente curricular, viabilizando que as relações étnico-raciais atravessadas nas práticas corporais possam ser problematizadas com os(as) estudantes da Educação Básica em todos os ciclos de escolarização (Mattos; Monteiro, 2021).

Portanto, conhecer sobre as práticas corporais quilombolas significa entender que a história da sociedade brasileira foi escrita por negros(as) escravizados(as) e indígenas, que ao longo do tempo vem sendo apagada nas produções escritas. A Educação Física Escolar pode ser um espaço para mostrar e valorizar todos os saberes produzidos pelos(as) quilombolas em seus territórios e que por meio das manifestações da cultura corporal vivenciadas por eles(as) acontece todo o processo educacional, como também o resgate e transformação histórica e cultural, resultando na formação da identidade negra.

Nesse cenário, se torna necessário pensar em um currículo da Educação Física numa perspectiva cultural e diversificada. Com esse intuito, propõe-se a reflexão sobre a educação quilombola, fundamentada nos contextos de uso do território, da etnicidade e da memória, com o objetivo de desenvolver metodologias que propiciem aprendizagens a partir de elementos que remetam às realidades locais das comunidades (Portela *et al.*, 2021).



Tendo em vista que a Educação Física é uma disciplina potente para que haja essa diversidade de conhecimentos, precisamos reconhecer e valorizar os mais diversos saberes culturais presentes nas danças, brincadeiras e jogos vivenciados nos quilombos. Pensar em uma educação que forma para a vida, que acolha os diversos conhecimentos seria o cenário mais relevante na conjuntura sociopolítica contemporânea.

Sendo assim, se faz necessário pensar em aulas de Educação Física que transformem o cotidiano escolar, a partir de um currículo diversificado que visibilize os saberes e práticas corporais vivenciadas dentro dos territórios quilombolas, possibilitando a tematização da dança São Gonçalo, do samba de cumbuca, do reisado, da leseira, dentre outras manifestações culturais de resistência experienciadas dentro dos quilombos.

Estando no chão desses territórios quilombolas durante a investigação, percebemos a real necessidade de as escolas planejarem e efetivarem uma educação voltada para o povo negro. Para acrescentar e concordar em uma educação intercultural, Candau (2016, p. 11) aponta que

a Educação Intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos - individuais e coletivos -, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça social, econômica, cognitiva e cultural, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença.

Além disso, para Grando e Pinho (2016) a Educação Física no contexto escolar visa, no que tange às relações étnico-raciais, a elaboração de narrativas e representações que pretendem desconstruir quaisquer concepções que releguem a posições subalternas os diversos grupos étnicos e raciais, formados na chamada "modernidade", que impactaram profundamente as subjetividades de povos e culturas.

As iniciativas promovidas pelo Movimento Negro no âmbito educacional interrogaram as práticas, posturas e produções homogeneizadoras, evidenciando a marginalização de grupos e indivíduos que ocorre dentro das instituições escolares. O propósito dessas iniciativas e lutas é garantir que os brasileiros e as brasileiras usufruam do direito à educação, permanecendo nas instituições de ensino, com o intuito de assegurar que os(as) estudantes provenientes dos mais variados grupos étnico-raciais e de diferentes níveis socioculturais alcancem o sucesso em suas trajetórias acadêmicas (Oliveira, 2009). De acordo com a pesquisadora Ivy Guedes de Mattos (2009, p. 31-32)



a adoção de métodos de padronização dos corpos mediante práticas disciplinadoras e seletivas rígidas, oriundas das concepções tecnicistas, de algum modo, definiu padrões de comportamento de submissão daqueles que não correspondiam aos modelos estéticos corporais e a performances físicas solicitadas. Parto destas reflexões para compreender os mecanismos utilizados nas escolas através das aulas de Educação Física que afetaram e discriminaram os menos privilegiados, aqueles em que a diferença foi motivo de seleção e exclusão.

Nesse contexto, a Educação Física Escolar, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, também deve assumir a responsabilidade de cumprir a Lei 10.639/03. como afirmam Pomin e Café (2020, p. 7-8).

Dessa maneira, a Educação Física deve exercer o papel de promotora de condições de visibilidade para as diferentes culturas, gerando o combate a estereótipos racistas étnico-raciais, a promoção da equivalência e o incentivo à mudança de paradigmas sociais segregatórios e branco-cêntricos, problematizando essas questões, promovendo um confronto, e assim, uma superação de ideais que limitam a plena exercitação da cidadania de todos os estudantes, promovendo um debate das relações sociais, tornando cidadãos seres humanos que vivem no Brasil como não cidadãos.

A discussão em prol da desconstrução da superioridade racial por meio da Educação Física é fundamental para evidenciar a importância dessa área na criação de um espaço propício ao debate cultural, incluindo a cultura afro-brasileira e africana. Nessa conjuntura, a escola possibilita uma reflexão sobre os limites e as oportunidades de potencializar a cultura, permitindo a fruição, criação e reinvenção das práticas corporais (Vago, 2009). Assim sendo, se torna evidente a necessidade de implementar estratégias e iniciativas dentro da Educação Física que promovam a inclusão da educação antirracista, por meio de projetos inter e multidisciplinares que valorizem os saberes afro-brasileiros.

Para Mourão, Melo e Magalhães-Neto (2020), a luta contra o racismo nas instituições escolares não recai unicamente sobre a Educação Física Escolar, mas envolve igualmente a atuação de coordenadores(as), diretores(as), psicólogos(as) e outros(as) profissionais das instituições educacionais, pois o racismo é uma questão que concerne a todos(as), não se limitando apenas à escola ou à família. Inculcar o respeito e a valorização da diferença intensifica a luta pela igualdade racial, desmantelando o mito da democracia racial e, conseqüentemente, expandindo o debate para além dos limites escolares.

No estudo de Pomin e Café (2020) destaca-se a relevância da Educação Física ao abordar tais temáticas, pois se estabelece uma conexão entre questões como o conceito de racismo e as estratégias de seu combate, fundamentando-se nas primeiras experiências corporais conscientes das crianças no ambiente escolar, mediadas pelo(a) educador(a).



Portanto, é imperativo considerar a cultura internalizada no(a) estudante, moldada pelo ambiente familiar, uma vez que essa perspectiva já se apresenta na escola sob um viés eurocêntrico. Sendo assim, a Educação Física Escolar pode fomentar uma análise crítica acerca da diversidade étnico-racial e do racismo, desafiando os paradigmas sociais estabelecidos.

Diante disso, torna-se essencial se problematizar os saberes e práticas corporais quilombolas dentro da disciplina de Educação Física Escolar, pois o referido componente curricular pode transcender sua concepção original de mera vivência de esportes e brincadeiras, transformando-se em um espaço educativo que busca expandir as potencialidades humanas. Essa disciplina, a partir da função social aqui defendida, valoriza o contexto ao qual cada indivíduo pertence, promovendo momentos de reflexão sobre uma variedade de temas contemporâneos e problematizando os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, biológicos e fisiológicos das práticas corporais ao longo de todos os ciclos de escolarização da Educação Básica (Maldonado; Farias; Nogueira, 2021).

Para Mãe Neguinha, o ensino dessa temática na disciplina de Educação Física é algo que necessita ser feito. À vista disso, em todas as comunidades estudadas os saberes ancestrais são extremamente relevantes e precisam ser potencializados todos os dias dentro dos quilombos, como algo bastante significativo para a valorização da história negra.

Sim, porque é muito importante que as novas gerações que virão, continuem a nossa luta por uma vida digna. E que a nossa história ancestral não esteja somente dentro dos nossos territórios (Mãe Neguinha).

Enfim, defendemos que fomentar uma educação antirracista nas aulas de Educação Física significa descolonizar o currículo e, para atingir esse objetivo, se faz preponderante colocar em evidenciar os saberes e experiências sistematizadas nas comunidades quilombolas, principalmente os conhecimentos relacionados com as manifestações da cultura corporal e da identidade negra, efetivando uma Educação Física em uma perspectiva popular.

Ao explorar as brincadeiras populares, a dança, e as expressões corporais como manifestações da produção cultural humana evidenciadas em comunidades quilombolas localizadas no Piauí, buscamos mostrar a relevância desses saberes de resistência, produzidos por meio da experimentação dessas práticas da cultura corporal, para que a Educação Física Escolar se comprometa com a tematização e problematização dessas temáticas em todo o território brasileiro, buscando assim criar uma sociedade mais justa, humanizada e equitativa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas corporais estão bem vivas dentro das comunidades quilombolas estudadas, já que essas manifestações culturais são vivenciadas diariamente. Esse processo é algo que transcende a memória dos(as) mais velhos(as), pois a cultura popular é a fonte desses saberes, que são resgatados e transformados por meio das danças tradicionais como o samba de cumbuca, a dança de São Gonçalo, a dança afro-brasileira, o reisado e a capoeira, como também em todas as outras formas de produção cultural. Sabemos que outras práticas corporais fazem parte das comunidades quilombolas de todo o território brasileiro, mas no tempo que foi realizada essa pesquisa, as manifestações da cultura corporal apresentadas foram as mais destacadas pelos(as) representantes dos quilombos.

Tudo isso conta muito sobre a história desses(as) remanescentes de quilombolas, já que essa diversidade de saberes, em diversos contextos educacionais, foi apagada dos currículos da Educação Básica, como também da disciplina de Educação Física, que pode ser considerada uma área potente para problematizar a produção de conhecimento dessa população.

Também se torna relevante ressaltar a importância da religiosidade afro-brasileira dentro desses quilombos, já que essa questão foi apontada por todos(as) os(as) representantes das comunidades entrevistados(as) e possui uma relação tênue com as práticas corporais experimentadas diariamente nessas comunidades

Por fim, concluímos que as manifestações da cultura corporal vivenciadas nos territórios das comunidades quilombolas do Piauí e de outros estados brasileiros podem e devem estar presentes nas aulas de Educação Física Escolar, principalmente porque essas práticas culturais representam os saberes de resistência que ampliam a leitura de mundo e conscientizam os(as) estudantes sobre a realidade material opressora evidenciada por um sistema social, político e econômico que busca o lucro, tornando as pessoas e a sua cultura uma mercadoria, evidenciado assim uma Educação Física em uma perspectiva popular e descolonizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.





ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARRUTI, José Maurício Andion. Quilombos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Maurício Andion; FIGUEIREDO, André. Processos Cruzados: configuração da questão quilombola e campo jurídico no Rio de Janeiro. **Boletim Informativo Nuer**, v. 2, n. 2, p. 73-93, 2005.

BASTOS, Beatriz Borges. **Expressividade e gestualidade nas danças afro-brasileiras**. 2016. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, BA, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 3, de 10 de março de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004a. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. 2004b. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 24 jul., 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. Ministério da Cultura, 2023a. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, 2003b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalizar, descolonização, democratizar: uma educação "outra"?** Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2016.

COSTA, Diógenes Narciso de Freitas. **Educação física em diálogo com quilombolas de Divino (MG): expandindo fronteiras do conhecimento na escola**. 2023. 134f. Dissertação





(Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 2005.

GADOTTI, Moacir. Retomar o sonho interrompido para esperar e educação em tempos de barbárie. In: VASCONCELOS, Joana Salém; MENDES, Máira Tavares; MUSSI, Daniela (Orgs). **Paulo Freire e a educação popular: esperar em tempos de barbárie**. São Paulo: Elefante, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências emergências e a produção de saberes. **Política e sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro é a intelectualidade negra descolonizando o currículo. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

GONÇALVES, Ludmilla Silva *et al.* Currículo, Diversidade étnico-raciais e educação física. **Brazilian journal of development**, v. 6, n. 12, p. 102838-102852, 2020.

GRANDO, Beleni Saléte; PINHO, Vilma Aparecida. As questões étnico-raciais e a educação física: bases conceituais e epistemológicas para o conhecimento das práticas corporais afro-brasileiras e indígenas. In: CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, William Lazaretti. (orgs). **Educação física escolar e relações étnico-raciais: subsídios para a implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MALDONADO, Daniel Teixeira. **Professores e professoras progressistas do mundo uni-vos!**. Curitiba, PR: CRV, 2020.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação física escolar, pensamento freireano e pedagogia crítico-libertadora. **Revista educação popular**, v. 24, n. 1, p. 38-59, 2024.





MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. **Linguagens na educação física escolar: diferentes formas de ler o mundo**. Curitiba, PR: CRV, 2021.

MALDONADO, Daniel Teixeira; PRODÓCIMO, Elaine. Por uma epistemologia crítico-libertadora da educação física escolar. **Revista brasileira de educação física escolar**, ano VII, v. 3, p. 6-23, 2022.

MATTOS, Ivanilde Guedes. **Estética afirmativa: corpo negro e ensino da educação física**. Salvador, BA: EDUNEB, 2009.

MATTOS, Ivanilde Guedes, MONTEIRO, Pamela Tavares. Educação física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 43, p. 1-7, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOURA, Gloria. O direito à diferença. In: KABENGELE, Munanga (Org). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOURA, Gloria. Educação quilombola. **Boletim**, n. 10, p. 3-8, 2007.

MOURÃO, Nádia Raquel Dutra de Moraes; MELO, Elias Barbosa de; MAGALHÃES-NETO, Anibal Monteiro. O papel da educação física no combate à discriminação racial na escola com a parceria do psicólogo. **Psicologia e saúde em debate**, v. 6, n. 1, p. 119-135, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, p. 53-63, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. **Literafro: o portal da literatura afro-brasileira**. 2021. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/1444-abdias-nascimento-quilombismo-um-conceito-cientifico-historico-social>>. Acesso em: 30 mai. 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. **A reflexão e a prática do ensino – Educação Física**. São Paulo: Blucher, 2011.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma educação física antirracista. **Revista brasileira educação física e esporte**, v. 34, n. especial, p. 51-61, 2020.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Narrativas quilombolas na educação física escolar: combatendo o epistemicídio. In: MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline (Orgs.). **Linguagens na educação física escolar: diferentes formas de ler o mundo**. Curitiba, PR: CRV, 2021.



OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Narrativas de Thereza Santos**: contribuições para a educação das relações étnico-raciais. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas Santos. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-23, 2020.

PORTELA, Ivalda Kimberlly Santos *et al.* Exist and resist: the practice of physical education in quilombola communities. **Research, society and development**, v. 10, n. 15, p. 1-10, 2021.

SALES, Leydiane Vitória; ALMEIDA, Neil Franco Pereira. Diversidade racial e educação física escolar na REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (1979-2013). **Conexões**, v. 13, n. 1, p. 129-161, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília, DF: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Quilombos, modos e significados**. Teresina, PI: COMEPI, 2007.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Etnicidade e religiosidade da comunidade quilombola de Olaria, em Irará-Bahia. **Revista brasileira de história das religiões**, v. 2, n. 5, p. 171-201, 2009.

SCHMITT, Alessandra; TARATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e sociedade**, ano V, v. 10, p. 1-6, 2002.

SILVA, Ana Márcia; FALCÃO, José Luiz Cirqueira. Práticas corporais na experiência quilombola: um estudo com comunidades do estado de Goiás/Brasil. **Pensar a prática**, v. 15, n. 1, p. 52-70, 2012.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

SOUZA, Thaís Godói de; LARA, Larissa Michelle. O estado da arte de comunidades quilombolas no Paraná: produção de conhecimento e práticas corporais recorrentes. **Revista de educação física**, v. 22, n. 4, p. 555-568, 2011.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural na infância e na juventude. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, n. 1, p. 25-42, 2009.

Dados do primeiro autor:

Email: felix-12397@hotmail.com

Endereço: Rua Coronel Belisario da Cunha, 600, Teresina, Piauí, CEP: 64016-600





Recebido em: 01/06/2025

Aprovado em: 25/07/2025

Como citar este artigo:

CAMPOS, Félix William Medeiros; MALDONADO, Daniel Teixeira. As práticas corporais quilombolas e a descolonização do currículo da educação física escolar. **Corpoconsciência**, v. 29, e19822, p. 1-26, 2025.